



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 109ª
(CENTÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Convido os Deputados a se dirigirem ao plenário, porque precisamos votar os projetos e os vetos.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme o disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por 15 minutos.

(Suspensa às 15h16min., a sessão é reaberta às 15h46min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

O Deputado Bispo Renato Andrade está de licença justificada.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhamos, nos últimos dias, o carnaval feito pela grande mídia brasileira no dia em que a Petrobras anunciou uma redução de 3% no preço dos combustíveis. Vejam bem, 3%! Todas as televisões fizeram o maior carnaval, dizendo que começava a diminuir o preço da gasolina. Naquele momento, disseram também que a Petrobras estava entrando na era da modernidade, porque ela estava se moldando aos preços internacionais. Eu usei o Facebook, o meio que tenho para me comunicar, para dizer que aquilo era uma grande farsa, uma grande mentira e que a população iria sentir na pele os reajustes que viriam dali para frente, que era um engodo, que estavam iludindo a população. A verdade é que aqueles 3%, que correspondiam a algo em torno de três centavos, nunca chegaram ao bolso de ninguém. Não há uma bomba no Brasil que tenha diminuído os preços. Entretanto, na calada da noite de anteontem, como era feito no tempo do regime militar, aumentaram o preço da gasolina. A Petrobras aumentou o preço da gasolina em 9,1% e o óleo diesel, o que corresponde a cerca de doze centavos na gasolina e dezessete no óleo diesel. Eles não esperaram nem duas horas e já passaram o preço imediatamente para as bombas. O pior, Srs. Deputados, é que existe posto que aumentou sessenta centavos, em Brasília, e lugares no Brasil que aumentaram até 80%.

Isto as grandes redes de televisão não mostram: que estão espoliando, estão extorquindo a população brasileira. Nós sabemos que isso vai servir para alimentar ainda mais a inflação. Todos nós, que moramos em Brasília, andamos de carro não porque gostamos, andamos porque somos obrigados. Eu, se houvesse um transporte de qualidade, viria de ônibus. Creio que a Deputada Luzia de Paula faria a mesma coisa. A gente só anda de carro aqui porque é obrigado. Entretanto, a população por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

inteiro está sendo extorquida, e a tal da Agência Nacional do Petróleo, que não serve absolutamente para nada, não fiscaliza essas questões.

Portanto, eu vou continuar na minha campanha de denunciar os preços absurdos que estão sendo praticados no Distrito Federal e, infelizmente, devo dizer para a população que mais aumentos virão, porque essa é a meta do governo golpista do Sr. Michel Temer.

Eu quero, num segundo ponto aqui, Sr. Presidente, abordar um assunto importantíssimo. Ontem, por unanimidade, nós aprovamos aqui a concessão de um título de Cidadã Honorária de Brasília para a Presidenta Dilma Rousseff. Hoje de manhã, Deputada Luzia de Paula, a rádio *CBN* do Distrito Federal abriu uma enquete consultando à população o que achava disso, se achava justo. Para a minha felicidade, para a felicidade de V.Exa., que votou também, 53% da população disseram que está correto. Foram 53% que entraram por livre e espontânea vontade no *Twitter* da *CBN* e disseram que está correto, que ela merecia mesmo o título de Cidadã Honorária de Brasília concedido por nós. Cerca de 20% disseram que eram indiferentes e parece que uns 14% disseram que não. Portanto, é a prova de que nós estávamos certos em aprovar aquele título ontem e de que o ódio que foi cultivado por alguns contra a nossa Presidenta começa a se dissipar e a se mostrar efetivamente a mulher de garra, brilhante, corajosa e democrata que ela é.

Sr. Presidente, Deputado Juarezão, quero abordar um terceiro ponto. Todos nós sabemos aqui a divergência que eu tenho com o Presidente golpista Michel Temer, mas agora eu posso dizer que ele é profeta, Deputado Joe Valle, porque ele profetizou, no dia 15 de março de 2015, que, se houvesse o *impeachment*, o Brasil iria para uma ruptura institucional, que aconteceria uma crise institucional no Brasil. Depois ele aderiu ao golpe, ajudou. E agora a crise institucional está estabelecida.

Eu vejo aqui o meu querido Deputado Chico Leite, que é Procurador de Justiça. Há uma crise institucional, Deputado. Os poderes não se entendem. Não existe mais harmonia entre os poderes. Ontem, uma liminar do Ministro do Supremo, a Mesa Diretora do Senado ignorou de maneira olímpica. E hoje eu vi, Deputada Luzia de Paula, Deputado Joe Valle, o Ministro Barroso dizendo que isso é golpe. O Ministro do Supremo disse que o negócio é golpe, que não se respeitam mais as instituições. Eu acho que a bagunça criada é exatamente por um Poder querer interferir no outro. É exatamente por o Supremo achar que pode tudo. É exatamente por o Supremo fazer o que tem feito.

Há um ministro que fala mais do que um papagaio, que faz mais barulho do que uma curica, que é o Sr. Gilmar Mendes, e que, na hora em que saiu a notícia, ele já falou pelos cotovelos, dizendo que isso era um absurdo – defendendo, naturalmente, o golpista. Só que, para a minha surpresa, tomei conhecimento de que o Gilmar Mendes estava falando da Suíça. Eu pergunto: desde quando, uma autoridade, seja ela quem for, tem direito de falar dos assuntos internos do Brasil



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

estando em viagem internacional? Só um falastrão como o Sr. Gilmar Mendes pode se prestar a esse papelão a que ele se prestou falando da Suíça, querendo dar palpite nas questões internas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em virtude da realização, neste momento, de reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nós vamos suspender por quinze minutos a sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h56min, a sessão é reaberta às 15h38min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Declaro reaberta a presente sessão ordinária.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todas e a todos.

Sr. Presidente, eu serei muito rápido. Vou apenas fazer um registro até porque o tempo é importante, justamente nesta época, quando se discute aí o abuso de autoridade e outros temas que são fundamentais no dia a dia, não só dos políticos, mas de todas as pessoas.

Eu trago aqui uma situação que requer uma certa preocupação. O Deputado Cláudio Abrantes muito conhece o delegado Raimundo Vanderly. O Raimundo Vanderly inclusive trabalhou na CPI do Transporte, Deputado Raimundo Ribeiro, e V.Exa. o conhece, teve oportunidade de conhecer o seu caráter.

Ocorre que esse delegado foi acusado, alguns anos atrás, por vários crimes, inclusive crimes de corrupção. E sangrou durante todo esse período sob essa acusação, que, ainda mais, era contra um profissional idôneo, um profissional sério. Nós o conhecemos. Ele está na polícia há quase trinta anos.

Recentemente, saiu a sentença de absolvição no Tribunal de Justiça, cuja decisão diz: “Ante o exposto, (...) para absolver: Raimundo Vanderly Alves de Melo das penas dos artigos 317, §1º, c/c artigo 327, § 2º, ambos do Código Penal, por duas vezes, (4º e 5º fato), com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal” (sic). De igual modo no processo disciplinar: “No que tange ao Delegado de Polícia Raimundo Vanderly Alves de Melo, matrícula 24.816-9, esta Comissão Processante, igualmente de forma unânime, por entender que as provas produzidas demonstram que o servidor não praticou as transgressões transcritas na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

portaria, sugere o arquivamento do presente processo administrativo disciplinar em relação a este servidor policial” (sic).

Pois bem. Eu chamo a atenção porque olhem só: depois de muitos anos, o delegado perdeu a sua chefia, foi afastado durante três anos das suas funções e hoje ele tem a situação, graças a Deus, normalizada. Mas e aí? E aí, Deputado?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu não me espanto com mais nada.

Quando foi que se iniciou esse procedimento? Tem notícia aí?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Tem sim. Vou dizer a V.Exa. agora. Começou em 2012.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Em 2012. Nós estamos no final de 2016.

Um profissional concursado, membro de uma carreira de controle social – não é de qualquer carreira, não, é de controle social –, de repente, é acusado de ter praticado os piores crimes, inclusive o crime de corrupção. Passam-se quatro anos. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal o absolve.

É estarrecedora a falta de responsabilidade de quem age de forma leviana, sem segurança ao acusar uma pessoa, porque, nesses quatro anos, ele foi apontado como corrupto. Quem é que agora vai para o meio da rua desmentir essa besteira feita pelo representante ministerial, pelo promotor de justiça todo poderoso e divinal? Quem é que vai agora para a rua para recompor a reputação e a dignidade desse profissional? É uma coisa que não dá para entender.

Se V.Exa. me permite, Deputado Wellington Luiz, eu vou lembrar aqui, até mesmo para os setores da imprensa que estão aqui, que, recentemente, o Ministério Público se insurgiu contra uma matéria que foi publicada na revista *Época*, se não me engano. Essa matéria contrariava algum promotor, que foi ao Judiciário, e o juiz concedeu a quebra do sigilo telefônico, porque ele não queria saber a veracidade da notícia, não. O que ele queria saber era a fonte, que é um direito sagrado da imprensa brasileira.

Então, vejam, neste momento, enquanto estamos aqui, está o Supremo Tribunal Federal debruçado sobre um ato monocrático praticado por um ministro que afastou o presidente de um dos poderes da República. Aqui nós temos que abstrair nomes. No dizer do próprio Ministro Marco Aurélio, não julgamos pessoas, julgamos fatos. Processo não tem nome, tem número. É isso. Agora, ainda tem gente que acha que não tem que se punir abuso de autoridade? Uai! Então, não dá para entender.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

O Deputado Wasny de Roure é testemunha, respondeu a um processo eleitoral, se não me engano, por dois, três anos. Vai me dizer que isso não atrapalhou seu resultado das urnas? Vai me dizer que não atrapalhou sua trajetória? E cadê a responsabilidade? A ex-governadora Maria de Lourdes Abadia perdeu as eleições de 2014 porque alguém disse que ela teria comprado voto, mas não apontou o comprador nem o vendedor nem o dinheiro nem o valor. E aí, pessoal? Nós vamos continuar vivendo num país em que algumas pessoas não têm responsabilidade pelo que fazem?

O Superior Tribunal de Justiça, inicialmente, Deputado Wellington Luiz, por um ato monocrático de um ministro, posteriormente confirmado por toda a turma, decidiu que um elemento, que é um áudio da famosa Caixa de Pandora, deveria ser periciado pelas partes. Porque as provas que são juntadas ao processo não são para a defesa nem para a acusação, são para o processo. Mas, vejam só, a Pandora foi deflagrada no dia 27 de novembro de 2009, há sete anos, e só agora, após tudo que aconteceu – inclusive há condenações –, só agora é que ficou acertado que a perícia tem que ser feita. Segundo o Ministério Público, o áudio nem existe mais. Então, tem que responsabilizar quem tem a guarda do áudio. O nome disso é custódia. Mas nós estamos vivendo nisso e parece que as pessoas não estão se incomodando. Será que nem a imprensa, que teve violentado o seu direito à fonte, vai se incomodar com isso? Eu acho que alguém tem que botar um freio nisso.

As dez medidas contra a corrupção, Deputado Chico Vigilante, permitem – e aí não disseram isso para o sapateiro que assinou lá no setor comercial – que o promotor pratique ato criminoso para incriminar você. Já é um absurdo de *per se*. Segundo ponto: o *habeas corpus*, que é um dos institutos mais sagrados do direito universal – não é do direito brasileiro, não, é do direito universal –, também é atacado. E, ainda assim, vejo setores da imprensa dizerem que quem ousa esclarecer as dez medidas – não sei se é com o numeral ou se é desmedidas – seria contra a Lava Jato. Quem é contra a Lava Jato? Todo mundo é a favor do combate à corrupção. Agora o combate à corrupção não pode servir de pano de fundo para eu dar vazão aos meus instintos autoritários. Isso tem que ficar muito claro.

Então, eu quero me solidarizar com V.Exa. e, principalmente, com esse delegado de polícia, que eu sempre respeitei, que é o Dr. Raimundo Vanderly, hoje titular lá em Águas Claras, uma pessoa séria, decente e que, por quatro anos, por culpa de alguém, que falta ser identificado, carregou a pecha de corrupto no meio da rua.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Além disso, Deputado, ele já foi punido, ele já teve uma pena, porque ele perdeu o cargo de delegado chefe, como se corrupto fosse, ele foi afastado das suas funções, teve uma série de transtornos, tanto na sua vida pessoal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

quanto na vida profissional, e hoje não há sequer uma linha na imprensa. Porque, na época, Sr. Presidente, ele foi tido como corrupto, e isso foi estampado em todas as primeiras páginas dos jornais de Brasília. Agora, não sai uma linha para corrigir isso! E, aí, o que se faz? Simplesmente ignora-se o que foi feito com o profissional, com um ser humano decente, pessoa de bem, como eu disse aqui, de reputação ilibada. A gente simplesmente ignora.

É aquela história: chegou lá; daqui a pouco chega aqui. É questão de tempo. Precisamos fazer uma reflexão sobre o que está acontecendo no nosso país.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Parlamentares...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar a V.Exa. se teremos a oportunidade de fazer uma reunião de Líderes para discutir a pauta que vai compor as sessões até o encerramento deste período legislativo. Há projetos do Governo, alguns são polêmicos, e eu gostaria de saber, porque a gente também tem que dialogar no interior das bancadas de cada um. Acho que seria interessante V.Exa. apresentar uma programação e uma oportunidade de dialogar, ouvir-nos sobre a pertinência ou não dos projetos que, eventualmente, a Mesa e o senhor, em particular, pensam em incluir na Ordem do Dia. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é mais para esclarecer, Deputado Raimundo Ribeiro, que a representação do Ministério Público foi com relação à apropriação de imagem da instituição. Foi essa a ação que eu... Não chegou a se constituir em uma ação, foi uma representação, que não foi recepcionada pelo juiz, sobre a apropriação de imagem.

Sr. Presidente, peço que V.Exa. me dê um retorno, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Wasny de Roure, vamos marcar para segunda-feira, às 14h30min, a reunião de Líderes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa... Votamos alguns projetos que têm prazos exíguos. Fizemos uma reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que acabou ainda há pouco, no sentido de que alguns projetos são de remanejamentos para pagamento de pessoal. Eu queria solicitar a V.Exa. a inclusão deles na Ordem do Dia. Vou citá-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

los aqui, porque são projetos de crédito, coisa pacífica, e eu gostaria que V.Exa. fizesse uma consulta para ver se podemos votá-los. São itens extrapauta da sessão de hoje.

Inicialmente, temos a discussão e votação, em 1º turno, desse projeto de autoria de V.Exa., que cria o programa Pequeno Cidadão, para registro de dados biométricos.

O item extrapauta nº 2 é a discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.365, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 19.120.848,00 (dezenove milhões, cento e vinte mil, oitocentos e quarenta e oito reais)”. Trata-se de um crédito para a CEB, que foi relatado mais recentemente pelo Deputado Wasny de Roure. Todas as exigências de atas, de deliberações do Deputado Wasny de Roure, muito criterioso, foram apresentadas pela CEB. Nós o aprovamos por unanimidade na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

O item extrapauta nº 3 é a discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.374, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)”. Esse é o saldo orçamentário, Sr. Presidente, que o Tribunal de Contas do Distrito Federal vai deixar de usar em 2016 e está devolvendo para o Governo do Distrito Federal. É uma grata surpresa saber, Deputado Joe Valle, que o Tribunal de Contas do Distrito Federal está adotando o procedimento que esta Casa adotou, através de um ato da Mesa, ou seja, toda sobra orçamentária agora vai diretamente para a reserva de contingência do Distrito Federal. O próprio Tribunal de Contas do Distrito Federal adota um procedimento desta Mesa, presidida por V.Exa., dizendo que os trinta milhões de sobra orçamentária do Tribunal de Contas vão para a reserva de contingência.

O Item extrapauta nº 4 é a discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.375, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 7.298.675,00 (sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais)”. São apenas remanejamentos dentro de unidades orçamentárias para pagamento de pessoal. Por isso o apelo para que a gente possa votar esses créditos ainda hoje.

Item nº 5, Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.391, de autoria do Poder Executivo, que abre um crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.909.285,00 (quatro milhões, novecentos e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais). Trata-se exatamente do nosso Fascal, o Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa.

O Item nº 6 é a discussão e votação, em primeiro turno, de um projeto de lei que trata da Terracap e que suspende a exigibilidade e concede remissão de isentos em Imposto Predial e Territorial Urbano e de limpezas públicas em cima de terrenos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

que, hoje, são usados pelo GDF, como praças e outros, em que é cobrado o IPTU. É de relatoria do Deputado Rafael Prudente na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Por último, o item nº 7, seria a discussão e a votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.368, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o programa de incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS”. Importante também frisar que é necessário votarmos esse projeto, porque ele só tem validade até o dia 16 agora. Esse projeto vai aumentar o prazo de 120 para 180 dias, principalmente para as grandes empresas que devem acima de 50 milhões ao GDF, mas que têm a obrigação, ao renegociar esse prazo, de pagar 10% à vista. Ou seja, é um dinheiro que vai reavivar, manter os empregos e, ao mesmo tempo, ajudar o GDF a honrar os seus compromissos.

Portanto, quero fazer essa solicitação, no sentido de que V.Exa. possa incluir na Ordem do Dia de hoje esses projetos listados. Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não concordo com todos esses projetos. Creio que os dois últimos possam ser apreciados na segunda-feira. Por isso, perguntei se teríamos uma reunião prévia para discutir. Os outros são matérias consensuadas de orçamento. Agora, tanto para o que trata do IPTU quanto para o do Refis, há tempo hábil, sim. Não irá atropelar em nada se aguardarmos até segunda-feira para termos condições de discutir, no mérito, essas matérias. Portanto, com relação aos projetos de alteração orçamentária, não há dificuldade da nossa parte, mas, com relação a Refis e isenções tributárias no IPTU etc, creio que são matérias que devam ser deixadas para segunda-feira. Esse é o nosso entendimento. Não tivemos nenhuma reunião para avaliar isso ou aquilo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato parcialmente a solicitação do Deputado Agaciel Maia, até a decisão de Líderes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Então, Sr. Presidente, não se precisa consultar os Líderes. Se V.Exa. já tem... Acho que nem é necessário eu vir a esta reunião de segunda-feira, porque o projeto será votado hoje. Eu estou dizendo que há projetos polêmicos. Acho que vocês deveriam ter o mínimo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

de respeito com o Colégio de Líderes. É melhor, então, acabar logo com essa instância e fazer isso apenas em nível de Presidência e seus amigos.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero usar esse tempo aqui para passar duas informações. A primeira é que há pouco foi preso, na cidade de Palmas, Tocantins, um cidadão que raptou uma criança de 12 anos de idade. Segundo a carta que essa criança deixou no seu quarto, ela estava partindo para a felicidade com a pessoa que amava. Esse homem que foi preso na Cidade de Palmas tem 60 anos de idade, aliciou uma menor de 12 anos, na Cidade de Planaltina, e fugiu com essa criança.

Quero dizer que essa ação teve a contribuição da equipe técnica da CPI da Pedofilia, que é composta por dois delegados e agentes da Polícia Civil. Quando receberam a denúncia, ajudaram diretamente na investigação e também, Deputado Joe Valle, na prisão desse pedófilo, na cidade de Palmas, que tinha raptado uma criança aqui na cidade de Planaltina. Ele foi preso com a ajuda da Polícia Federal e com a atuação da equipe técnica da CPI da Pedofilia, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Lá na cidade de Palmas, ele foi preso em flagrante e já está sendo trazido a Brasília.

É bom entendermos a importância dessa CPI, que recebeu essa denúncia. Os delegados que dela fazem parte – Dr. Wellerson, Dra. Valéria – e os agentes de polícia que fazem parte da equipe técnica da CPI trabalharam diretamente na investigação e prisão desse abusador.

Outro ponto que eu queria falar, Deputado Wellington Luiz, é que eu gostaria de me solidarizar com V.Exa. na luta que faz na solução do problema da Polícia Civil. Eu sei que ela quer buscar uma solução não só para uma promessa, mas para um direito que foi estabelecido, que é a paridade com a Polícia Federal. Também sou solidário ao Deputado Cláudio Abrantes, que é policial civil da mesma forma, mas eu queria falar que é necessário agora que a gente tenha uma posição de grandeza, que a gente tire as paixões políticas de lado e tenha essa posição de grandeza, uma atitude de estadista. Eu acredito que o Governo de Brasília possa, sim, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Wellington Luiz, fazer encaminhamentos e propostas que sejam aceitáveis à categoria da Polícia Civil, porque ela está no seu direito e tem que lutar por aquilo que é direito dela. Ela está certa. E o governo precisa estudar, ter criatividade para fazer cumprir esse direito da Polícia Civil do Distrito Federal.

Então, eu quero aqui me solidarizar ao Deputado Wellington Luiz, ao Deputado Cláudio Abrantes nesta luta e clamar aqui para que haja uma resolução. E o melhor palco, Deputado Wellington Luiz, Deputado Juarezão, para que haja uma solução, para que se faça a intermediação é a Câmara Legislativa do Distrito Federal, que é quem representa o povo desta cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Agradeço ao Presidente pela paciência. Eram os dois assuntos de que eu queria tratar.

Quero ler a relação dos agentes. É importante o nome dos delegados, dos agentes que participaram da ação da prisão desse abusador na cidade de Palmas, porque é importante a gente valorizá-los: Delegado Wellerson Gontijo Vasconcelos Júnior; os agentes Jean Jardim de Gusmão e Weberwalker Macedo; o Delegado da Polícia Federal Marcos Paulo Cardoso; os agentes da Polícia Federal Mauro Fernandes Knewitz, Leonardo Santana da Silva, Ugo Solon Custódio Filho. Foram esses que participaram da ação e prenderam esse pedófilo na cidade de Palmas.

Também quero citar que, na última segunda-feira, a Dra. Valéria Martirena lançou um livro, colocando pedofilia em fatos. Esse livro está à disposição em todas as livrarias. Sugiro a todos os Deputados, se puderem, que adquiram esse livro. É um livro em que ela conta a experiência dela à frente da DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. Conta casos que são de arrepiar o cabelo, casos que nos deixam consternados, mas, ao mesmo tempo, nos mostram que estamos na direção certa em ter instalado essa CPI. Hoje mesmo conseguimos a prorrogação por mais noventa dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão, na verdade, é um pedido a V.Exa. Eu queria que a gente combinasse com o Presidente da CEOF, Deputado Agaciel Maia. Acho que esses dois projetos que o Deputado Wasny de Roure levantou que precisam de mais esclarecimentos podem perfeitamente ficar para serem discutidos na segunda-feira no Colégio de Líderes, e a gente votá-los na terça-feira. Isso não traz prejuízo nenhum. Portanto, eu faço esta proposta a V.Exa.: a gente discute na segunda-feira no Colégio de Líderes e na terça-feira vota. Combinado?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Esta Presidência já havia acatado o pedido do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuam os Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Pares, disciplinado que sou, Sr. Presidente, vou falar por cinco minutos, embora V.Exa. sempre seja generoso e democrático com este Plenário.

Senhoras e senhores, eu sei que nós temos competências muito bem definidas perante a Constituição e a Lei Orgânica do Distrito Federal. Não cabe a nós discutir certos temas do ponto de vista legal, fazer normativos que são de competência da União. Todavia, não podemos deixar de expressar a nossa surpresa, nosso desgosto, diante de certos projetos que estão sendo encaminhados pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

É muito comum a gente ouvir, aqui na Câmara Legislativa, em vários cantos e nos meios políticos, a expressão “PEC do fim do mundo”, que trata do teto de gastos do governo como um todo e que implica uma redução drástica de investimentos na área de educação, por exemplo.

Quando a gente pensa que o pior chegou ao Congresso Nacional, me vem esta proposta absurda de reforma da Previdência, sobrecarregando muito, principalmente os servidores públicos. Aí a gente vai ver professores, profissionais de situações de risco tendo suas carreiras totalmente deformadas, seus planejamentos totalmente deformados com regras de transição absurdas.

Primeiro, sou solidário a todos esses servidores e a esses profissionais que já estão no mercado contribuindo há décadas e que vão ter o seu planejamento alterado. Porém, falando especificamente da Polícia Civil, Deputado Wellington Luiz, meu colega de corporação, e Deputado Delmasso, que nos citou aqui na sua defesa da Polícia Civil, não bastasse o desprezo que o Governo do Distrito Federal tem com os pleitos da Polícia Civil do Distrito Federal – porque, na minha opinião, não há outra palavra, o não reconhecimento da paridade implica essa postura desonrosa do Governo do Distrito Federal em relação à Polícia Civil –, vem a União com essa PEC, não sei se não é do fim do mundo, mas é do fim da galáxia, transformar a vida do policial civil em um verdadeiro desespero.

O policial já tem poucas condições de trabalho. Polícia Civil que não tem plano de saúde. A Polícia Civil, quando vai combater o tráfico, este com armamento pesado importado, de alta qualidade, ela vai com pistola que falha, com colete questionável. Não bastasse tudo isso, a paridade histórica da Polícia Civil que não é respeitada pelo Governo do Distrito Federal, vem essa PEC alterando a aposentadoria do policial civil, querendo que o policial civil trabalhe até os 65 anos de idade, como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

se o fato de ele estar contribuindo há tanto tempo e o fato de o exercício da sua profissão exigir o máximo de sua capacidade intelectual e física não contassem para isso. E nós temos a possibilidade, a proposta deste Governo Temer de que o policial civil, os policiais, de uma maneira geral, trabalhem até os 65 anos de idade.

Eu queria indagar ao Plenário, aos nobres Deputados, meus pares, se alguém aqui sabe qual é a expectativa de vida de um policial no Brasil. Acredito que o Deputado Wellington Luiz saiba, porque é da casa. Os outros não têm obrigação, naturalmente. Mas a expectativa de vida de um policial no País é de 66 anos de idade. Ou seja, o Governo Temer quer que o policial civil se aposente e morra logo em seguida, porque é isso o que vai acontecer.

Se você andar pelo mundo, vai ver a diferença do reconhecimento à dedicação dos policiais. A gente vê a diferença do tratamento. O policial dedica não somente o seu conhecimento, ele coloca a sua vida em risco para dar segurança à população. Nos Estados Unidos, o tempo de serviço é de 20 a 35 anos e não há idade para aposentadoria. Na Inglaterra, a regra é de 25 anos de serviço e 50 anos de idade mínima. Na França, é de 27 anos de serviço e 52 anos de idade mínima.

Aí vocês podem falar: “Mas, Claudio, você vem falar de Europa e de América do Norte aqui para nós?” Quero dizer que as condições de trabalho dos policiais lá são muito melhores e o reconhecimento é muito maior. Mas tudo bem, vamos falar aqui da nossa América do Sul, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que está tão próxima de nós. No Chile, são 20 anos de contribuição e a idade mínima é de 55 anos. “Ah, mas o Chile tem um dos melhores IDHs da América do Sul. Não se pode comparar com o Chile.” Então, vamos comparar com a Argentina, nossa *hermana* que está aqui do lado e sofre tanto com crises políticas e financeiras. Inclusive, a situação financeira da Argentina é muito pior do que a do Brasil. Na Argentina, é de 20 a 30 anos o tempo de serviço, sem limite de idade. A partir dos 20 anos, pode-se aposentar proporcionalmente, até os 30 anos, quando se teria aposentadoria completa.

Então, Sr. Presidente, nobres pares, eu não poderia deixar de vir aqui expressar o meu repúdio de uma maneira geral a esta PEC que sobrecarrega, pelos desmandos, pelas falcatruas, pela corrupção que sempre imperou dentro da previdência deste País, quem já vem contribuindo há muito tempo. E agora querem corrigir este rombo sobrecarregando o trabalhador, sobrecarregando o servidor público e, em especial, os policiais civis de todo o Brasil.

Então, fica aqui o meu repúdio. O que nós pudermos fazer, em termos políticos – obviamente não temos o voto lá na Câmara Federal e no Senado –, nós faremos para alertar a população dessa falácia que é dizer que servidor público se aposenta cedo, com facilidade e tantas outras coisas. O que está em jogo aqui é muito mais do que isso. Estão cobrindo um rombo da previdência que decorre de desmandos, de aposentadorias e benefícios mal concedidos, e da corrupção que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

sempre imperou naquele órgão. E nós vamos lutar muito para que os servidores, os policiais civis e os policiais em geral tenham os seus direitos respeitados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.217, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “cria o Programa Pequeno Cidadão para registros dos dados biométricos de recém-nascidos”.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como é sabido aqui por todos os nossos companheiros, o nosso amigo Deputado Bispo Renato Andrade se recupera de uma cirurgia. O Deputado é extremamente assíduo, todo mundo sabe disso, e, neste momento em que S.Exa. não pode comparecer, eu queria solicitar a V.Exa. e aos pares que fossem mantidos na pauta da Ordem do Dia os dois projetos da lavra do nobre Deputado, que são os itens nºs 242 e 243. Por se tratar de questão de saúde, a ausência é extremamente justificável.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Wellington Luiz.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento causado pelos itens nºs 1 a 152, vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapautas? (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, procederemos à leitura do primeiro item da votação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um assunto recorrente aqui: nós estamos sofrendo uma série de dificuldades, e há o Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2015, cuja deliberação a imprensa cobra sistematicamente de nós. Eu pediria, Deputado Raimundo Ribeiro, que esse projeto de decreto legislativo fosse colocado na Ordem do Dia. É aquele que diminui o salário do Governador. É um anseio de S.Exa. Acho que deveríamos incluí-lo na Ordem do Dia e votá-lo ainda este ano. Peço que V.Exa. faça o deferimento desse nosso pleito.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Wasny de Roure, vou submeter essa solicitação ao Colégio de Líderes, mas quero sugerir também que, juntamente com esse projeto, nós apresentemos – não sei qual é o instrumento adequado –, uma redução dos salários das estatais, para que haja uma isonomia de tratamento e para acabar com essa bandalheira de pagamento de jetom nessas Terracaps e BRBs da vida. O momento é de sacrifício e, se o Governador está dizendo que quer reduzir salário, então vamos reduzir de todo mundo. Vamos fazer uma coisa igual, para acabar com a hipocrisia deste País.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inclusive, há uma emenda da nossa autoria que prevê a publicização dos dispêndios, das informações que transitam no interior das empresas. Essa publicização já foi aprovada aqui – no plano federal já existe –, e eles não respeitam, não publicam. E é um governo que sempre defendeu transparência e controle. Essa foi uma emenda da nossa bancada, votada e aprovada. Eu peço a compreensão dos colegas no sentido de cobrar a divulgação dessas informações.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Eu acho que isso ajuda muito na questão da publicidade, mas acredito que é hora de realmente enfrentarmos essa discussão, Deputado Wasny de Roure. O Governador já há um certo tempo encaminhou projeto a esta Casa propondo a redução do seu salário e dos secretários. Terá o meu apoio se isso não for hipocrisia. E não ser hipocrisia significa o seguinte: tem que cortar inclusive nas estatais. Para quem não sabe, o salário do Presidente da Terracap é elevadíssimo, é de mais de cinquenta mil, e em outras estatais também. Existem os conselhos... Uma denúncia feita pelo Deputado Wellington Luiz mostrou que existe secretário que complementa o salário com o jeton que é pago pela Terracap. Parece que são quatro secretários, Deputado Chico Vigilante. Então, é hora de acabar com essa conversa, é hora de ter decência mesmo. Propor a coisa pela metade é hipocrisia. Vamos reduzir, vamos colocar o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

seguinte: salário máximo aqui é vinte mil, eu me proponho a reduzir o meu também, não tenho problema nenhum. Acabar com a hipocrisia significa atingir todos que são pagos com dinheiro público, inclusive as estatais.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pegando o gancho do que V.Exa. disse, temos que ter alguns cuidados. Por exemplo, quando falam que tem que se reduzir o salário dos secretários. A maioria dos salários desses secretários está acima do teto, reduzir não é perda financeira. Então, isso é uma enganação. E mais: ao que me consta, eu não quero ser leviano aqui, mas parece que o Governador recebe pelo Senado. Se ele realmente receber pelo Senado, é muito fácil dar esmola com o chapéu alheio. Temos que confirmar isso.

Então, temos que parar com a hipocrisia, até porque todo mundo sabe que não é isso que vai reduzir os gastos, não é isso que vai resolver o problema. V.Exa. disse bem: se é para reduzir, que se reduza de todo mundo, mas de forma efetiva, e não como estão querendo fazer, enganando a população.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito. Quero dizer que nós podemos até colocar nessa emenda que é proibido ressarcir também. Ou seja, se o caboclo quiser vir para cá, que abra mão do seu salário lá. O problema é dele.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Como nós fizemos quando saímos da polícia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Agaciel Maia, esse problema não é nosso. Esse é um momento de sacrifício. Nesse caso, cai a máscara do Governador.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Quando saí da polícia e vim para cá, tive de abrir mão do meu salário de policial. E eu não tive direito de opção. Então, que se faça a mesma coisa, Sr. Presidente, V.Exa. tem toda razão.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – A emenda terá o meu apoio desde que seja para fazer mesmo, com seriedade, sem essa bandalheira.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Wellington Luiz tem toda razão, mas tenho duas informações necessárias para prestar aos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Primeiro, o Deputado Wellington Luiz tem razão. Se você for administrador ou secretário e vier de outro órgão no qual o seu salário for maior lá e houver direito à opção, isso vai ser um tiro n'água, não vai valer nada. Outra, existe secretário ou administrador que depende apenas da remuneração de secretário ou de administrador, e é bom acrescentar que nem secretário nem administrador recebem décimo terceiro, todo mundo vai receber e eles não. Então, não é correto você colocar alguém como ordenador de despesa, com todas as responsabilidades que terá. E outra: reduzir o salário deles, porque nós sabemos que existe um preceito constitucional que estabelece que ninguém pode reduzir salário.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Desculpe, Deputado. Secretário recebe décimo terceiro, eu fui secretário e recebi. Então me pagaram equivocadamente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Então, eu acho que V.Exa. vai ter que devolver.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Vou ter que devolver? Eu acho que não. Ele recebe sim.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – A informação que eu recebi é de que os secretários não recebiam décimo terceiro. Então, está corrigido, não sei se são só os administradores que não recebem.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Mas este é um momento de sacrifício, Deputado Agaciel Maia, eles deveriam pagar para trabalhar.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – O termo hipocrisia que V.Exa. usou é muito bem adequado, porque há muitos dirigentes que ganham duas vezes mais do que o Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – É verdade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Então isso não bate. Outra coisa, o decreto é até o governo sair do limite prudencial, que está previsto para sair em abril, então teria uma validade praticamente de poucos meses.

Então isso é pirotecnia, só para aparecer. Vai durar dois, três dias na imprensa para dizer que se reduziu o salário, mas isso não tem nenhum impacto financeiro. É melhor que quem queira reduzir o salário concorde com essa tese e faça doação para uma casa de caridade do valor que ele acha que está ganhando a mais. Acho que o mais correto é isso. Não é tomar uma medida linear para salários totalmente diferentes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu votei na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças o Projeto de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Decreto Legislativo nº 56, de 2015. Eu, Sr. Presidente, tenho sido indagado por vários jornalistas sobre quando a Câmara Legislativa vai votar esse decreto. Por várias e várias vezes eu fui abordado. Eu não quero sair daqui sem cobrar isso publicamente. A nossa vida é uma vida que depende da coisa pública e nós trabalhamos a coisa pública. Então, se V.Exa. entende que tem que ser submetido ao Colégio de Líderes, eu peço que, então, seja incluído na agenda do Colégio de Líderes, para ficar bem claro publicamente que o Colégio de Líderes vai apreciar a inclusão na Ordem do Dia desse projeto de decreto legislativo.

Outra coisa, Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo à Mesa Diretora da Casa para que solicite ao Governo do Distrito Federal o cumprimento da emenda que foi aprovada aqui, que é a publicação das informações de gastos de pessoal das nossas empresas públicas e estatais.

No mínimo a informação nós precisamos ter, Sr. Presidente. Não há o que ocultar diante de tanto processo e crescimento da Lei de Acesso à Informação, que foi uma conquista da sociedade civil, a exemplo desse debate que faz hoje o Judiciário. V.Exa. está acompanhando isso. É um verdadeiro campo de guerra. É inclusive um dos motivos da notificação do afastamento do Renan. Todo mundo sabe disso! Isso é um dos ingredientes desse debate.

Então acho mais do que justo que nós tenhamos conhecimento público dos parâmetros salariais que transitam nas nossas empresas públicas. Eu faço um apelo novamente à Mesa Diretora desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato as duas solicitações do Deputado Wasny de Roure e esclareço apenas que, por mim, Deputado Wasny de Roure, já colocaria na pauta, mas a veia democrática me impõe mandar remeter a questão ao Colégio de Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto de decreto legislativo já foi discutido no Colégio de Líderes algumas vezes. Eu vou repetir aqui em público o posicionamento que eu tenho tido, inclusive falando para a imprensa, porque eu não tenho medo do que eu falo: esse projeto é simplesmente demagógico!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Governador é o autor, não é?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – O Governador quer fazer – e estou dizendo o que já disse mais de uma vez e vou continuar sustentando – o que o Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, está fazendo agora. Para ferrar com os servidores públicos, apresenta essa questão da redução do salário dele para dizer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

“Eu reduzi até o meu”. Eu já disse mais de uma vez aqui: Governador nem de salário precisa. O Governador Agnelo – à época eu também disse que estava errado – reduziu o salário dele em 10%. Não são os 20% que o Rollemberg quer reduzir que vão resolver o problema de caixa do Governo do Distrito Federal, mas quer jogar para a opinião pública desinformada de que está cortando o salário dele, para ferrar com os servidores! É isso que vai acontecer.

Quanto à questão das estatais, esse é um debate mais profundo que tem de ser feito. Eu quero ver quem vai se sujeitar a ser presidente de uma estatal importante, como é o caso do Banco de Brasília ou de outro, se não for com salário de mercado. Quero ver se vai conseguir alguém competente para dirigir a CEB, se não for com salário de mercado. Franciscano não se dispõe a essas coisas. Franciscano tem uma missão muito importante, e até fazem voto de pobreza. Portanto, não se submetem a esse tipo de coisa. Franciscano não vem dirigir estatal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito. Antes de devolver a Presidência ao Deputado Juarezão, que já está aqui e falta entrar na Justiça para me tirar da cadeia agora – ele saiu um momento, eu me sentei, é golpe! –, mas antes disso, Deputado Chico Vigilante, eu quero dizer, semelhante a V.Exa., que sou favorável à redução. Entendo que o governador é demagogo mesmo, isso é dele. É uma característica, e aqui não estou dizendo que é defeito, é uma característica dele, como a lerdeza também é.

Acho que o projeto tem que ser emendado do seguinte modo: atingindo todos que recebem dinheiro público, seja em estatais ou não. Não interessa o apelido da instituição, o que interessa é o seguinte: é pago com dinheiro público? O limite é x, e aí se abre uma discussão séria e eficiente. Por quê? Porque vai propiciar realmente uma economia. Retirar hoje 20% do salário de um secretário que recebe 100 mil no Senado é bobagem. Mas retirar do presidente de uma estatal que recebe 100 mil, aí vale a pena. Retirar jetom de quem não faz coisa nenhuma, só participa de uma reunião e recebe aquele absurdo, aí é economia.

Não estou entrando no mérito porque eu acho que quem está governando deveria estar pagando pelo prejuízo que está causando. Com essas declarações, devolvo a Presidência ao Deputado Juarezão.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que retire meu projeto na hora em que formos votar os projetos dos Deputados. Retire o projeto de minha autoria e coloque os projetos dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.365, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 19.120.848,00 (dezenove milhões, cento e vinte mil, oitocentos e quarenta e oito reais).”

Solicito aos Deputados que compareçam ao plenário para que possamos votar os projetos.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.374, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)”.

Foram apresentadas duas emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas pela Deputada Luzia de Paula ao Projeto de Lei nº 1.374, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)”.

Sr. Presidente, as emendas apresentadas pela Deputada Luzia de Paula fazem apenas remanejamento nos valores das emendas aos quais a Deputada tem direito. Portanto, somos pela admissibilidade e aprovação das emendas apresentadas em plenário.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.374 é o da CEB? Só para deixar registrado, é o da CEB?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – TCDF.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.375, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 7.298.675,00 (sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais)”.

Tramitação concluída.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.391, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.909.285,00 (quatro milhões, novecentos e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais) e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Consulto os Líderes se podemos deixar os itens nºs 6 e 7, referentes aos Projetos de Lei nºs 1.390 e 1.368, para discutir no Colégio de Líderes na semana que vem. Deputado Agaciél Maia, estou consultando os Líderes.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas eu gostaria de saber do que tratam os dois projetos, porque não estou com eles em mão. Peço perdão. Oriente-me, por favor, para que eu tome uma decisão segura.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – São os itens nºs 6 e 7.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.390, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade e concede remissão e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP, à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, na forma que especifica, e dá outras providências”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.368, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5. 463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do DF – Refis-DF e dá outras providências”.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Obrigado, Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Presidente, queria saber se esse projeto passou pela CCJ. Ele precisa passar pela CCJ.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Wasny pediu que os projetos referentes à redução do IPTU da Terracap e ao Refis sejam votados na segunda-feira, depois do acordo de Líderes.

Há algumas dúvidas. Em relação ao Refis eu tenho uma preocupação, o dia 16 é o prazo para ter vigência, mas se há o compromisso de votar na segunda-feira, acho que não vai prejudicar não. Dá para atender o Deputado Wasny e o Deputado Chico Vigilante, que pleitearam o adiamento da votação desses dois projetos para segunda-feira.

Quanto à tramitação, eu acho que a Mesa tem que dar a resposta sobre a tramitação dos projetos que estão relacionados na Ordem do Dia.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – O nosso bloco está preparado para votar, mas entende o pedido do bloco do Partido dos Trabalhadores. Estamos de acordo para votar na segunda-feira.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Juarezão, existem outros blocos que precisam ser ouvidos também, principalmente o meu. Inclusive, um membro do seu bloco está aí do seu lado, a Deputada Telma.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Desculpe, Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO – Eu vejo da mesma forma. Também tenho uma preocupação em relação ao Refis, mas acredito que o pedido da Deputada Sandra Faraj, que é membro do meu bloco, procede. É bom que o projeto passe pela CCJ. Não vejo prejuízo, Deputado Agaciel, de acordarmos para que esse projeto seja o primeiro item da pauta de segunda-feira. Espero que todos aqui estejam presentes para votarmos esse projeto nesse dia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Deputada Sandra, o pedido de V.Exa. é que o projeto passe pela CCJ. Estou reforçando isso. Tem que passar pela CCJ. Se fosse possível, poderíamos convocar talvez uma reunião extraordinária da comissão para segunda-feira para que esta pudesse analisar o projeto e aí, na segunda-feira mesmo, à tarde, aprovaríamos esse projeto. Estou corroborando e reforçando isto que V.Exa., que faz parte do meu bloco, pediu aqui – a tramitação desse projeto na CCJ.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Houve um acordo na reunião de Líderes para votação desse projeto em plenário, para ele vir a plenário sem passar pelas comissões?

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Nós estamos discutindo o projeto do Refis? É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Isso.

DEPUTADO JULIO CESAR – É, o do Refis foi votado hoje lá na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Na verdade, até expressei minha preocupação de votar hoje na comissão esse projeto e tentar votá-lo em plenário porque o Refis vai até vigorar até o dia 16. Esse é o último dia para as empresas aderirem. Se não votarmos hoje, fica difícil. Não é, Deputado Wasny? Se for votado na terça-feira, vai ficar difícil, porque o Governador terá que sancionar. Essa é uma preocupação que temos em relação a esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Havendo acordo, fica para segunda-feira na reunião de Líderes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme sugerido pelo Deputado Delmasso e dada a relevância desse projeto para as empresas, que geram emprego, e até mesmo para o governo, que seja essa matéria o item nº 1 da pauta, logo após o início da Ordem do Dia e a reunião de Líderes e também o exame da matéria pela CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Esta Presidência consulta os Deputados se vamos proceder à votação dos vetos restantes ou dos projetos de lei dos Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz uma solicitação ontem porque houve um acordo que V.Exa. havia acatado. V.Exa. até pode, ouvindo os Deputados, reformular a decisão de ontem. Qual foi o acordo? Foi que cada Deputado indicaria dois vetos para serem derrubados. Um deles já foi, falta o outro.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Dois. Os que vão ser mantidos estão deixando um tijolo alto para que possamos votar em bloco. Se votarmos em bloco a manutenção desses vetos, vamos simplificar nosso trabalho, porque sempre que se vai manusear a Ordem do Dia é um calhamaço de papel. Nós estamos gastando papel todos os dias. Então, se há esse entendimento, podemos, excluídos os vetos indicados pelos Deputados para serem derrubados, votar em bloco esses vetos que serão mantidos. Dessa forma, teremos condições, inclusive, de acompanhar melhor nossos projetos que estão na Ordem do Dia, tendo em vista que está volumoso e todos os dias temos que gastar muito papel para emitir a Ordem do Dia quando, na realidade, não há nenhuma eficácia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Consulto os Líderes se há acordo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando que vários Deputados têm, na Ordem do dia, projetos de lei que foram vetados e eles gostariam que esses vetos fossem derrubados, eu acho difícil, como Liderança, eu decidir por S.Exas. O mais indicado é que se faça uma consulta nominalmente aos Deputados para saber se concordam ou não com essa votação em bloco dos projetos que deverão ter seus vetos mantidos, pois essa é uma questão pessoal de cada Deputado com seus apoiadores, com suas bases eleitorais.

Eu tenho dois na Ordem do Dia. Já analisei bem e eu até concordo com a manutenção desses vetos. Eu até pedi que eles sejam mantidos.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou na mesma linha do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eu acho que cada Parlamentar tem que se pronunciar. Há só um veto que eu gostaria de fazer análise mais apurada. Trata-se do veto ao Projeto de Lei Complementar nº 24, de 2015. Eu gostaria de fazer uma análise mais apurada. Eu não teria dúvida sobre os outros,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

mas seria importante que cada Parlamentar pudesse fazer seu pronunciamento referente a isso.

Eu só tenho um veto que eu gostaria de fazer uma análise à parte, por isso quero mantê-lo na Ordem do Dia, para que possamos discutir exaustivamente sobre a derrubada ou a manutenção dele.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito a inclusão, na pauta, dos itens nº 250 e nº 251, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Prof. Israel, esses itens já estão na pauta.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se eu entendi direito, a sugestão do Deputado Agaciel Maia é de que todos os vetos, inclusive os do Deputados, sejam mantidos. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Na verdade, eu tenho dois vetos que ainda não foram apreciados e que eu não gostaria que fossem mantidos. Portanto, eu queria também discutir. Peço ao meu Líder de bloco que me permita discutir. Há alguns vetos sobre os quais precisamos discutir bem. Há um outro que eu até sugiro que sim, mas há dois vetos meus que eu gostaria que pensar e discutir com mais cuidado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu faço a seguinte proposta: vamos votar os projetos dos Deputados. Já são quase 18 horas. O Colégio de Líderes com seus representados que se reúna na segunda-feira, analise os vetos e traga-os para votarmos, senão nós vamos perder mais tempo aqui. Se estivéssemos votando os projetos dos Deputados, já teríamos votado uns cinco.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou, também, na mesma linha do Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Eu queria propor aqui que, caso entenda-se que votaremos os vetos hoje, mantenhamos os vetos aos projetos do Poder Executivo, vinculados ao orçamento, porque há muitos projetos que já passou o porquê de estarem tramitando, na pauta. Então, aquilo que é vinculado ao orçamento, eu acredito que temos que votar pela manutenção do veto. Então, acho que isso é consenso entre todos os Líderes.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou pela manutenção dos vetos, pela não retirada deles, porque eu também tenho vetos a serem votados e eles têm que ser mantidos.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou tentar aperfeiçoar a minha proposta original juntando com a do Deputado Chico Vigilante e a do Deputado Delmasso.

Nós poderíamos fazer, na próxima reunião de Líderes, o que fazemos quando queremos derrubar: deixaríamos para segunda-feira a manutenção dos vetos ligados à questão orçamentária e aqueles que os Parlamentares não veem nenhum impeditivo à sua manutenção, como os dois meus que eu acabei de citar. Aí, já daríamos uma boa limpada. Os demais, deixamos para outras ocasiões. Mas apontaríamos isso na segunda-feira e votaríamos, na segunda-feira, a manutenção.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sei se eu compreendi bem, mas fui alertado aqui pela assessoria sobre a votação em bloco dos vetos. Isso já foi discutido aqui em outros finais de semestre. Isso não é possível, os vetos têm que ser apreciados um a um.

Então, por parte do nosso bloco, não há acordo para fazer a votação em bloco. Os vetos têm que ser apreciados um a um, de acordo com o Regimento Interno da Casa. Portanto, não existe acordo por parte do nosso bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Cristiano Araújo, informo que, na última apreciação dos vetos de autoria dos Deputados, os vetos foram apreciados em bloco.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Tudo bem, mas o Regimento Interno diz que não pode, Sr. Presidente.

Peço à Assessoria da Mesa que oriente. Não há acordo para superar isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não há acordo. V.Exa. manda.

Item nº 204:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.664, de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “institui o Dia do Procurador Legislativo”.

Tramitação concluída.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 207:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.784, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “institui a política distrital de prevenção às doenças ocupacionais do educador da rede pública de ensino e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.217, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “cria o Programa Pequeno Cidadão para registros dos dados biométricos de recém-nascidos”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CESC, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.217, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “cria o Programa Pequeno Cidadão para registros dos dados biométricos de recém-nascidos”.

O projeto prevê, em linhas gerais, que, assim que nascida, a criança seja submetida a registro biométrico com o objetivo de, entre outras coisas, evitar o tráfico de seres humanos e proteger a criança. Considerando que hoje as crianças já saem do hospital com CPF, essa medida só vem aperfeiçoar uma medida estatal que já vem sendo colocada em prática.

Portanto, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, votamos pela aprovação do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.217, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “cria o Programa Pequeno Cidadão para registros dos dados biométricos de recém-nascidos”.

Examinando o projeto, nos termos regimentais, no que compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, art. 64, II, B, somos pela admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.217, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “cria o Programa Pequeno Cidadão para registros dos dados biométricos de recém-nascidos”.

O meu voto é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.217, de 2016, e pelo acatamento da emenda aditiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados, com a emenda apresentada em plenário.

Nesse sentido, solicito ao Relator da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a emenda.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Educação, Saúde e Cultura à emenda ao Projeto de Lei nº 1.217, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “cria o Programa Pequeno Cidadão para registros dos dados biométricos de recém-nascidos”.

Sr. Presidente, só complementando, foi equívoco nosso aqui também o de não prestar atenção a que o projeto tinha uma emenda. A emenda em questão é só para fazer referência, melhorar a redação e dar mais segurança ao projeto de lei, revogando as disposições em contrário, inclusive citadas no projeto.

Logo, votamos pela admissibilidade da emenda, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Retorno ao Relator, Deputado Agaciel Maia, para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda ao projeto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda ao Projeto de Lei nº 1.217, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “cria o Programa Pequeno Cidadão para registros dos dados biométricos de recém-nascidos”.

Sr. Presidente, de qualquer forma, eu me sinto lisonjeado, porque V.Exa. falou da preferência. Realmente é com preferência e satisfação que vou me manifestar, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sobre a emenda aditiva apresentada pelo próprio Deputado Juarezão ao projeto.

Portanto, somos pela admissibilidade e aprovação da referida emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 205:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 442, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “inclui na programação cultural anual do dia 21 de abril a visita pública ao Museu da Casa Velha, localizada nas dependências do Brasília Country Club”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 208:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.100, de 2012, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, em que “fica incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o encontro de carro de boi na Cidade de Planaltina-DF”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para imitar aqui o meu amigo, Deputado Chico Vigilante, anuncio que o Supremo decidiu, por cinco votos a três, pela manutenção do Presidente do Senado Renan Calheiros na Presidência. O homem é forte, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos quantos projetos para votar ainda? Acho importante termos uma previsão, para que os Deputados fiquem em plenário e o *quorum* não caia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em primeiro turno, cinquenta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Cinquenta ainda? Pode fazer um entendimento aí para votarmos uns trinta!

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vamos votar. Eu moro lá em Brazlândia, mas chegando lá amanhã cedo, está bom.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – O meu projeto está aí?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu moro na Ceilândia, mas nem preciso ir para casa, fico aqui a noite toda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 214:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 603, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “assegura, no âmbito do Distrito Federal, a divulgação dos direitos das pessoas com neoplasia maligna - câncer, pelos órgãos públicos”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 218:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 981, de 2012, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “fica incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Copa Interescolar de Futsal Abarka”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 228:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 345, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “torna obrigatória a fixação de placas de advertência nos estabelecimentos que comercializam álcool líquido no âmbito Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu solicito que V.Exa. inclua na pauta os itens nºs 245 e 246, por favor. Que pule esses.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 231:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 86, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos, cláusula de capacitação dos trabalhadores envolvidos sobre tema de Saúde e Segurança do Trabalho, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 211:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados, no âmbito do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Aprovado parecer da CCJ na forma da emenda do relator. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo deverá se manifestar sobre a matéria.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo à emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 3, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados, no âmbito do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, a Emenda nº 1, Supressiva, fica acatada na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 3, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 235:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 164, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que “dispõe sobre a priorização da recepção de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

crianças indígenas na Rede Pública de Ensino e Creches do Distrito Federal e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 242:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.152, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “assegura ao consumidor tempo de, pelo menos, trinta minutos para saída do estacionamento após o pagamento da tarifa”.

Foi aprovado parecer favorável da Comissão de Defesa do Consumidor. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.152, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “assegura ao consumidor tempo de, pelo menos, trinta minutos para saída do estacionamento após o pagamento da tarifa”.

O meu voto é pela admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 255:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 154, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que “cria o Programa de Saúde da Criança no Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito que V.Exa. coloque em votação os itens nº 250 e nº 251.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 260:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.140, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “cria o programa de acompanhamento escolar para crianças que necessitam internação hospitalar por mais de sessenta dias – PAE, no âmbito do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Foi aprovado parecer favorável da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. A Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.140, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “cria o programa de acompanhamento escolar para crianças que necessitam internação hospitalar por mais de sessenta dias – PAE, no âmbito do Distrito Federal”.

Trata-se de parecer ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.140, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, e à Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. No âmbito desta comissão, somos favoráveis ao projeto, de autoria do Deputado Agaciel Maia, e à emenda. É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.140, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “cria o programa de acompanhamento escolar para crianças que necessitam internação hospitalar por mais de sessenta dias – PAE, no âmbito do Distrito Federal”.

O meu voto é pela admissibilidade, com o acatamento da Emenda nº 1, aprovada na Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.140, de 2012. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda dentro da minha cota, eu queria pedir para inserir na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 507, de 2015. É o item nº 259 da pauta. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato. Será votado, Deputada.

Item nº 261:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 261, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a criação do Programa Pró-50 anos. Programa de incentivo a empresas que contratarem trabalhadores nessa faixa de idade, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Comissão de Assuntos Sociais; Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; e Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que coloque na Ordem do Dia o item nº 262, Projeto de Lei nº 1.324, de 2016, e o item nº 241, Projeto de Lei nº 1.147, de 2016, de minha autoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – V.Exa. será o próximo, depois do da Deputada Liliane Roriz e o do Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 261, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a criação do Programa Pró-50 anos. Programa de incentivo a empresas que contratarem trabalhadores nessa faixa de idade, e dá outras providências”.

Após avaliação desta comissão, somos favoráveis à aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 261, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a criação do Programa Pró-50 anos. Programa de incentivo a empresas que contratarem trabalhadores nessa faixa de idade, e dá outras providências”.

Tendo em vista nenhum óbice e nenhum tipo de impacto financeiro, no âmbito desta comissão somos pela aprovação do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os itens nºs 198 e 200 são de minha autoria, para apreciação em segundo turno. Eu queria que V.Exa. não se esquecesse de mim, porque estamos votando, inclusive, projetos de outros Deputados que até já saíram do plenário. Então, eu pediria que fossem votados esses dois projetos antes que se encerre a sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Wasny de Roure, por enquanto nós estamos votando em primeiro turno. Logo após, votaremos em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Ah, primeiro turno? Desculpe-me, Sr. Presidente.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que seja incluído o item nº 247 da pauta, segundo essa cota que cada Deputado tem. E que seja votado, viu, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Ricardo Vale, pode ter certeza de que um pedido de V.Exa. é uma ordem.

DEPUTADO RICARDO VALE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou na esteira do que o Deputado Ricardo Vale falou. Eu queria colocar na cota, também, o item nº 254 da pauta, Projeto de Lei nº 224, de 2015, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 261, de 2015, de autoria do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Agaciel Maia, que “dispõe sobre a criação do Programa Pró-50 anos. Programa de incentivo a empresas que contratarem trabalhadores nessa faixa de idade, e dá outras providências”.

Meu voto é pela admissibilidade do projeto de lei. Aproveito a oportunidade para parabenizar o Deputado Agaciel Maia pela propositura. Acato, também, a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, que vai dar oportunidade para quem contratar pessoas com mais de 50 anos – o governo oferecerá incentivo.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar também o Deputado Agaciel Maia e o Relator, Deputado Rafael Prudente.

Além disso, eu queria verificar com V.Exa. o seguinte: há um projeto de lei de minha autoria, o item nº 256, que fala sobre a denominação da Escola Técnica do Guará. Queria pedir a V.Exa. que, se possível, seja votado hoje. Vou dizer por quê: a Escola Técnica do Guará está ficando pronta e foi uma reivindicação da comunidade colocar o nome de uma diretora. Então, queria pedir a V.Exa. a votação deste projeto para que na inauguração já saia o nome da diretora, que foi a primeira diretora de uma escola no Guará.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Informo ao nobre colega Deputado Delmasso que na sessão de hoje já foram votados dois projetos de V.Exa., mas serão votados os restantes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero exatamente entender isso. São dois projetos por Deputado ou são mais de dois projetos? Se for mais de dois, eu vou trazer os meus também. Aqui temos sempre um desequilíbrio muito grande entre os Deputados e eu estou seguindo aquilo que foi dito: dois projetos por Deputado. A não ser que alguns aqui tenham algum motivo pelo qual são privilegiados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – V.Exa. pode ter certeza de que não tem não. Foi acordado no Colégio de Líderes que são dois projetos de cada Deputado com inclusão na Ordem do Dia.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Eu queria dizer que não estou pedindo privilégio nenhum, Deputado Wasny de Roure, é só por uma questão temporal. A Escola Técnica do Guará vai ser concluída agora em janeiro e eu acho que seria interessante ela já ser inaugurada com o nome que a comunidade escolheu.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO DELMASSO – Eu não estava aqui ontem, Deputado Wasny de Roure, eu tive que sair porque minha filha, infelizmente, foi mordida por um cachorro, eu não estava presente aqui. É só para deixar claro. Se houver problema...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não tenho dificuldade. Eu apenas acho, Deputado Delmasso, que, ao se adotar um procedimento, ele tem que ser geral e para valer. Eu sei que em casos excepcionais, tem que ser dado ao senhor... Eu acho que num caso desse, eu tenho absoluta tranquilidade de votar, não estou querendo dizer que não pode ser votado mais de um, só que tem que haver um procedimento geral. Entendendo a excepcionalidade como legítima, até compreendo o seu argumento e concordo com ele. Devemos votar. Eu até tive o cuidado de olhar o nome da professora, é uma professora do Rio Grande do Sul. Inclusive nós trouxemos aqui uma denúncia nesta Casa porque o convênio é para cinco escolas, só está sendo construída uma, eles tiveram que renovar o convênio e são recursos do Governo Federal, de sete milhões e meio para cada escola. Então, eu acho que é importante.

Não tenho nenhuma dificuldade, mas tenho que alertar que gosto de cobrar transparência. E isso eu faço mesmo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Volto a palavra ao Deputado Robério Negreiros para retificar o seu parecer ao Projeto de Lei nº 261, de 2015.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Peço escusas, porque eu acabei confundindo o Parecer nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais como se uma emenda fosse.

Então, o meu parecer é pela admissibilidade sem emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Em discussão o Projeto de Lei nº 261, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 250:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 634, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre a isenção do pagamento da taxa de inscrição nos processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições públicas federais e distritais de educação superior com sede no Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura; da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça. As comissões deverão se manifestar sobre o projeto e a Emenda Modificativa nº 1, da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 634, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre a isenção do pagamento da taxa de inscrição nos processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições públicas federais e distritais de educação superior com sede no Distrito Federal” e à Emenda Modificativa nº 1, da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, somos pela aprovação no mérito do referido projeto e da emenda apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 634, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre a isenção do pagamento da taxa de inscrição nos processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições públicas federais e distritais de educação superior com sede no Distrito Federal” e à Emenda Modificativa nº 1, da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sou de parecer favorável ao projeto e à sua respectiva emenda. Sou, portanto, pela admissibilidade e aprovação do projeto, com a respectiva emenda.

É o parecer, Sr. Presidente.

DEPUTADO JUAREZÃO – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve um equívoco sobre um veto solicitado por mim. Na verdade, é em conjunto com o Deputado Wasny de Roure. Então, na verdade, eu derrubei apenas um veto. Então, eu queria pedir a V.Exa. que colocasse o item nº 72, que é o veto que eu estou escolhendo para que possamos derrubar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Vamos colocar em pauta na próxima sessão, depois da reunião de Líderes.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Conte comigo.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 634, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre a isenção do pagamento da taxa de inscrição nos processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições públicas federais e distritais de educação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

superior com sede no Distrito Federal” e à Emenda Modificativa nº 1, da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

O meu parecer é pela admissibilidade do projeto com acatamento da Emenda Modificativa nº 1, apresentada pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer ao projeto e à Emenda nº 1 está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 634, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Informo ao Deputado Prof. Israel que este projeto necessita de 16 votos favoráveis à sua aprovação. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de retirar o projeto de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Prof. Israel, já temos o *quorum* de 16 Deputados para a votação.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Então permaneça a votação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 251:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.007, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “altera a Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.007, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “altera a Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o meu voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu preciso sair daqui a pouco, tenho uma reunião fora muito importante e eu gostaria que o meu projeto fosse votado. Já está na pauta e consta do item nº 263.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Será o próximo.

DEPUTADO LIRA – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 262:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.324, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a quitação de bens imóveis adquiridos em licitação com créditos oriundos de contrato com o Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de trazer aqui um assunto que eu acho importante. É um assunto nacional, envolve o Brasil como um todo. O STF – Supremo Tribunal Federal, com seis votos dos nove ministros presentes, retornou o Presidente do Senado, Renan, ao cargo de Presidente do Senado e revogou uma decisão monocrática do Ministro Marco Aurélio, de retirada do Renan do Senado.

Eu quero fazer uma observação muito simples sobre esse tema. Eu não tenho nenhuma afinidade com o Renan, não tenho nenhum alinhamento político com o Renan, mas eu acho que o STF toma uma medida, Deputado Ricardo Vale, equilibrada de respeito aos Poderes, de respeito à República, de respeito ao Senado, de respeito à Câmara. Está se extinguindo também o mandato do Renan Calheiros.

Então, é muito importante que façamos uma avaliação, porque a nossa mais alta corte, inclusive com o voto favorável da Ministra Carmem Lúcia, que é a Presidente do STF, votou favoravelmente ao retorno do Presidente do Senado. Nós entendemos que esse é um voto democrático em nome das instituições. A partir do momento em que a tripla aliança, que é o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário fica desequilibrada, a população fica desequilibrada. Nenhum poder, numa democracia, é superior ao outro. Todos os Poderes são iguais.

Portanto, acho que é um voto equilibrado, que dá ao Brasil uma condição de equilíbrio em vista da crise por que estamos passando. O mais bonito de tudo isso foi o apoio integral de todos os senadores daquela casa. Todos eles deram apoio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

incondicional naquele momento. Acho que isso vale como uma bela lição para todos do Brasil.

Nós também sofremos um afastamento monocrático, quase idêntico ao do Senador Renan, sem sequer sermos réus. O prejuízo no mandato democrático de cada um de nós só o tempo vai determinar. Não é, Deputado Juarezão? Mas já está muito claro – e foi decidido pela nossa mais alta corte – que é totalmente arbitrário tirar alguém do poder, e nós estamos falando da linha sucessória da Presidência da República, que, por simetria, aplica-se também aos estados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado.

O Projeto de Lei nº 1.324, de 2016, não recebeu parecer da CEOF e da CCJ. Essas comissões deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda apresentada em plenário.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 1.324, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a quitação de bens imóveis adquiridos em licitação com créditos oriundos de contrato com o Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, examinando o processo e considerando o que dispõe o nosso Regimento Interno, art. 64, II, a e c, sou favorável à admissibilidade e à aprovação do projeto com a Emenda Modificativa nº1, de autoria do próprio Deputado Chico Vigilante.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 1.324, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a quitação de bens imóveis adquiridos em licitação com créditos oriundos de contrato com o Distrito Federal e dá outras providências”.

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o autor, Deputado Chico Vigilante, pelo PL nº 1.324, de 2016.

O meu voto é pela admissibilidade, acatando a Emenda Modificativa nº 1, também de autoria do Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.324. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 263:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 239, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a política distrital de preservação do meio ambiente, de combate ao aquecimento global, torna obrigatório o uso de sistemas e procedimentos alternativos geradores de energia no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e da Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, estas deverão manifestar-se sobre o projeto e as emendas de Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre projeto e as emendas.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. a inclusão do PL nº 218, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, já que o número de projetos dele a serem apreciados ainda não se completou.

Eu gostaria de contar com a sensibilidade de V.Exa. pela relevância do assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado e acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar à Assessoria de Plenário que encaminhe a V.Exa. na reunião de Líderes, a relação de todos os projetos votados para nós sabermos exatamente como está a contabilidade de projetos por Deputado, porque eu tenho vários projetos que eu gostaria que fossem votados, mas eu estou me limitando aos dois que já foram votados. No entanto, estou vendo Deputados que tiveram, outro dia, dois, e hoje tiveram mais dois. Eu gostaria que fizéssemos esse encontro de contas na segunda-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Será providenciado na próxima reunião de Líderes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer da CDESCTMAT sobre as emendas ao Projeto de Lei nº 239, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a política distrital de preservação do meio ambiente, de combate ao aquecimento global, torna obrigatório o uso de sistemas e procedimentos alternativos geradores de energia no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, esse projeto já recebeu parecer na CDESCTMAT. Então, eu vou proferir parecer somente sobre a Emenda nº 4, de autoria do autor, Deputado Lira, a emenda que renumera o art. 16, do Capítulo V, do presente projeto de lei,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

para art. 21, alterando-se, por conseguinte, os demais artigos da proposição a partir desta mudança.

Só retificando meu parecer, o projeto ainda não foi apreciado na CDESCTMAT. Então, vou ler meu parecer ao referido projeto de lei, tendo em vista que ele estava em tramitação conjunta, foi desapensado e, agora, chega a este plenário.

O autor, Deputado Lira, na sua justificativa, apresenta que o referido projeto se torna imperioso em ser aprovado, tendo em vista o disposto no art. 225 da nossa Carta Magna, bem como no art. 279, inciso XVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal. O art. 279 assevera: O Poder Público, assegurada a participação da coletividade, zelará pela conservação, proteção e recuperação do meio ambiente, coordenando e tornando efetivas as ações e recursos humanos, financeiros, materiais, técnicos e científicos dos órgãos da administração direta e indireta, e deverá: (...) XVII – avaliar e incentivar o desenvolvimento, produção e instalação de equipamentos, bem como a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental”.

O Deputado Julio Cesar apresentou ao referido projeto de lei a Emenda nº 1, que adiciona o artigo 21, que faz a renumeração dos demais e diz o seguinte: “As disposições desta lei não são aplicáveis às entidades ou instituições sem fins lucrativos, de caráter assistencial, desportivas, religiosas e de ensino.”

O autor do referido projeto apresenta a Emenda Modificativa nº 2, que muda a redação do artigo 16. Na nova redação, está escrito: “Art. 16. Os projetos e programas habitacionais populares ou de baixa renda, assim definidos pelo governo, adotarão o disposto nesta lei e os recursos para tanto necessários constarão de dotação orçamentária que integrará a Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal.”

O autor também apresenta a Emenda Aditiva nº 3, que acresce ao artigo 19 do projeto em referência o parágrafo seguinte, renumerando-se o ali existente para § 2º, dizendo o seguinte: “Art. 19. (...) § 1º Os recursos originados da aplicação de multas a que se refere o *caput* deste artigo integrarão fundo próprio cuja utilização será integralmente destinada a programas de conscientização de preservação do meio ambiente.”

E, por fim, o autor também apresenta a Emenda de Redação nº 4, como eu li no início, que renumera o artigo 16 do capítulo V do presente projeto de lei para artigo 21, alterando-se, por conseguinte, os demais artigos da proposição a partir desta mudança.

Sr. Presidente, com base no artigo 69-B do Regimento Interno desta Casa, o referido projeto de lei chegou à Comissão de Meio Ambiente para apresentação de relatório e voto quanto ao mérito do referido projeto de lei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Então, como Relator, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 239, de 2015, tendo em vista o seu elevado mérito e ganho para a sociedade do Distrito Federal. Aprovo e acato todas as emendas apresentadas ao referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 239, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “dispõe sobre a política distrital de preservação do meio ambiente, de combate ao aquecimento global, torna obrigatório o uso de sistemas e procedimentos alternativos geradores de energia no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”, e às emendas.

Meu voto é pela admissibilidade da matéria, acatando a Emenda Aditiva nº 1, a Emenda Modificativa nº 2, a Emenda Aditiva nº 3 e a Emenda de Redação nº 4, de 2016, de autoria do Deputado Lira.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2016	15h15min	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após essa sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.365, de 2016, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 1.374, de 2016, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 1.375, de 2016, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 1.391, de 2016, de autoria do Poder Executivo; e demais itens da Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h06min.)